



REDE
TEMPO
BRASIL



Boletim do Tempo Presente - ISSN 1981-3384

O Uso De Argumentos Econômicos Nas Justificativas De Legitimação Do Autoritarismo: Apontamentos Sobre O Golpe De 64

Bárbara dos Santos Choucair¹

Resumo: Discursos podem ser usados de maneira estratégica com um ocultamento de reais interesses de quem os profere. Abordo esse processo com o olhar da Teoria da Ação Comunicativa conjugado com a teoria das distorções da linguagem e incidência do cinismo sobre os discursos econômicos utilizados no pré golpe de 1964. A hipótese é de que foram usados discursos de cunho técnico-econômico para justificar e legitimar a instauração dos militares no governo. Concluo que o discurso econômico foi um importante aliado da narrativa autoritária na época.

Palavras-chave: Autoritarismos; Agir estratégico; Discurso cínico.

The use of economic arguments in the justifications of authoritarianism legitimation: notes on the coup of 64

Abstract: Discourses can be used strategically with a concealment of real interests from the speaker. I approach this process from the perspective of the Communicative Action Theory in conjunction with the theory of language distortions and the incidence of cynicism on the economic discourses used in the pre-1964 coup. The hypothesis is that discourses of a technical-economic nature were used to justify and legitimize the establishment of the military in government. I conclude that economic discourse was an important ally of authoritarian narrative at the time.

Keywords: Authoritarianisms; Strategic action; Cynical speech.

O USO DE ARGUMENTOS ECONÔMICOS NAS JUSTIFICATIVAS DE LEGITIMAÇÃO DO AUTORITARISMO: APONTAMENTOS SOBRE O GOLPE DE 64

CHOUCAIR. B. S.

Introdução

Compreender o fenômeno do autoritarismo requer reconhecer, em princípio, a sua complexidade e vastidão de conteúdos produzidos em diversas áreas do conhecimento ao longo dos séculos. Uma das possibilidades de análise versa sobre os discursos que legitimaram a sua instauração perante a população. Dentro de outra perspectiva, há também um extenso campo de estudo que procura compreender quais são os reais interesses da destituição de um governo democrático.

Interpretar os discursos e os seus sentidos, portanto, se faz importante para compreender o contexto e o campo no qual imerge o autoritarismo. Compreender esses processos no passado se mostra fundamental no tempo presente, vez que estamos sempre diante do risco de uma violência tirânica, sobretudo em países como o Brasil que vivenciou essa realidade em seu passado de forma recorrente.

Porém, o discurso em si não necessariamente condiz com os verdadeiros interesses de quem os profere. Os atos de fala são ações que podem sim enunciar suas causas e justificativas, entretanto, podem também mascarar as reais causas e justificativas num jogo cínico de linguagem, tudo isso para respaldar outros atos.

Levando em consideração essas reflexões, bem como, os estudos sobre discursos de Habermas^{II} e Safatle^{III} investigo se houve a utilização de discursos técnicos de cunho econômico - apresentados como se fossem imparciais - para a instauração do governo civil-militar de 1964 no Brasil. Tal estudo busca provocar reflexões a partir da relação dos movimentos autoritários atuais com os discursos tecnocratas^{IV}.

Sobre o campo de análise, há diversos estudos sobre o golpe de 1964. Dentre esses estudos, uma tese consolidada é a de que houve forte interferência de grupos empresariais para a consolidação e financiamento dos militares no poder^V, sendo que muitos deles utilizaram a mídia para isso. Assim, “o golpe civil-militar de 1964 foi corroborado pela atuação da grande imprensa, tornando-se fundamental entender a relação cada vez mais interligada entre o discurso da imprensa e o contexto político em que essa se insere”^{VI}. Assim, podemos indicar que:

o que ocorreu em abril de 1964 não foi um golpe militar conspirativo, mas sim o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD”. De acordo com Dias (2011), esses institutos perpassavam por vários setores e agentes reacionários de direita como políticos, militares, representantes de multinacionais e empresários, que eram contra a permanência de João Goulart no poder. Assim, o discurso dos jornais e desses dois órgãos estava em conformidade (Dias, 2011). Além disso, segundo o historiador, o complexo IPES/IBAD através de suas ligações com os empresários da imprensa, conseguia influenciar na linha política dos jornais^{VII}.

Sobre a relação entre os militares e a mídia pode-se afirmar que foi uma relação demasiadamente complexa, com ganhos para ambos os lados. Se de um lado os militares ajudaram com a modernização da imprensa, por outro, a mídia, em grande parte, forneceu apoio ao golpe, porém, posteriormente, o governo ditatorial vai minando a liberdade de imprensa progressivamente através da censura até chegar no seu ápice com a instauração do Ato Institucional nº 5 (AI-5).

Para além desses entraves, e para além da discussão de que o golpe atendeu a interesses empresariais específicos, o que nos interessa especificamente é o discurso de empresários, militares, políticos e outros atores políticos, vinculados na mídia que utilizaram de justificativas

O USO DE ARGUMENTOS ECONÔMICOS NAS JUSTIFICATIVAS DE LEGITIMAÇÃO DO
AUTORITARISMO: APONTAMENTOS SOBRE O GOLPE DE 64

CHOUCAIR. B. S.

técnicas/econômicas, calcadas no bem comum (ou no bem do país) como justificacão do golpe, podendo esses discursos serem lidos como açoes estratégicas ou cínicas.

Justificativas estratégicas e cínicas

Para compreendermos o que é o discurso sistematicamente distorcido em Habermas, assim como para entendermos o modo que ele acontece, precisamos, primeiro, saber o que é a açao comunicativa para o autor. Na parte III da *Teoria da Açao Comunicativa*, Habermas irá apresentar duas versoes da teoria da açao em Weber: a versao oficial e a não oficial. É a partir da versao não oficial que Habermas irá desenvolver seu próprio conceito de açao comunicativa, que diz: “utilizar esa crítica como punto de partida para reanudar el análisis del concepto de acción comunicativa”^{VIII}.

A teoria analítica (versão oficial) da teoria da açao está centrada na açao teleológica:

teoría analítica de la acción resulta fecunda para la clarificación de las estructuras de la actividad teleológica. Pero se limita a un modelo atomista de acción, al modelo de un actor solitario, y descuida los mecanismos de coordinación de la acción mediante los que se establecen las relaciones interpersonales^{IX}.

Já a versao não oficial vai além da mera açao instrumental. Habermas vai explorar essa versao ao dizer que a razão e, muito menos, o princípio da linguagem não são apenas a razão teleológica, isto é, com o propósito em seus fins. Para o autor, é importante destacar o aspecto sociológico da linguagem, ao contrário de um pensamento de uma filosofia da consciencia que considera o sujeito em seu desenvolvimento aparte de todo o contexto que o cerca^X.

Sobre ainda a teoria analítica, Habermas diz que a disciplina nuclear que a sustenta é a teoria do significado, isto é, a semântica intencional. Para ele, os estudos anteriores sobre linguagem da teoria crítica não explicam de fato os mecanismos de coordenação que representam as interações mediadas por linguagem “ya que el acto de entendimiento es a su vez analizado según el modelo de una acción orientada a las consecuencias”^{XI}. Ou seja, para a teoria analítica a açao não tem como fim em si o entendimento, mesmo que ele ocorra.

O que Habermas sustenta, portanto, é que toda comunicacão, em princípio, possui o compartilhamento de sentido, e é isso que nos faz participar da sociedade. Esse compartilhamento de sentido é a linguagem, logo, a linguagem tem como fim, a priori, um sentido em si mesma e não outros fins exclusivamente – por mais que eles possam existir conjuntamente com o compartilhamento de sentido. Assim, mesmo a açao instrumental – que é aquela que contém fins – possui como princípio primeiro o compartilhamento de sentido.

Para o autor, a linguagem é uma açao concertada que é organizada para reduzir os índices de conflito, por isso ela se configura como um modo de integraçao social. Dessa maneira, a linguagem humana tem uma estrutura que nos permite falar sobre o mundo, indo além dos sentimentos, isto é, há um elemento propositivo.

O elemento propositivo da linguagem ensina pretensões de verdade, como assinalado:

La semántica veritativa desarrolla, pues, la tesis de que el significado de una oración viene determinado por sus condiciones de verdad. Con lo que, al menos en lo que atañe a la dimensión expositiva del lenguaje, queda puesta de relieve la interna conexión que existe

O USO DE ARGUMENTOS ECONÔMICOS NAS JUSTIFICATIVAS DE LEGITIMAÇÃO DO
AUTORITARISMO: APONTAMENTOS SOBRE O GOLPE DE 64

CHOUCAIR. B. S.

entre el significado de una expresión lingüística y la validez de la oración en cuya formación esa expresión interviene^{XII}.

É, portanto, esse fato que leva a teoria da ação comunicativa a uma pragmática universal. Mas qual a relação entre esse elemento propositivo da linguagem e a busca por entendimento? Uma vez que esse elemento propositivo contém uma pretensão de verdade, para que ela ocorra temos que necessariamente passar pelo entendimento e compreensão do que está sendo proposto, isto é, a razão comunicativa.

Assim, Habermas conceitua a diferença entre razão instrumental e razão comunicativa, e destaca à seguinte conclusão: a razão comunicativa existe a priori da razão instrumental. Se isso é verdade, isso contradiz a tese do bloqueio da 1ª geração da escola de Frankfurt. Enquanto o objetivo da ação instrumental é externo a própria ação, o objetivo da ação comunicativa é interno, qual seja, a busca por entendimento.

Tendo superado esse ponto, Habermas avança em sua teoria e define três elementos de linguagem^{XIII} que serão importantes para compreendermos a instrumentalidade e o cinismo da linguagem, são eles: a) Elemento locucionário, aquele conteúdo proposicional; b) Elemento ilocucionário: o modo como usa a proposição (relacional); e c) Elemento perlocucionário: consequência de um ato linguístico que não se esgota no próprio ato, ou seja, que gera efeitos.

Assim, compreendendo a ação comunicativa como o compartilhamento de sentido em si mesmo, ela não comporta nenhum elemento perlocucionário, pois a primeira é interna a própria ação, enquanto o segundo é externo. Habermas também admite, como os pensadores da primeira geração da escola de Frankfurt, a incidência de um agir estratégico, ou seja, de uma ação que visa a determinado fim, logo, que possa conter os elementos perlocucionários (fora da ação). É nesse campo nos aproximamos das distorções discursivas.

Estabelecendo uma relação do agir estratégico com a tecnocracia, Habermas, em 1968, ancorado em Marcuse, expõe o caráter ideológico da técnica. Como esse saber técnico é construído? Ele é isento de moralidade ou interesses? Para Marcuse não. Ele entende que a ciência e técnica são uma forma de legitimação do capitalismo tardio vez que promovem maior produtividade e conforto aos cidadãos. Essa institucionalização da técnica foi uma forma de legitimação do capitalismo tardio^{XIV}.

Nesse entendimento, o autor explica que com as novas relações de produção, a partir do século XVIII, as forças produtivas “já não funcionam em prol de um esclarecimento político como fundamento da crítica das legitimações vigentes, mas elas próprias se convertem em base de legitimação”^{XV}. Com isso, “as questões políticas já não se resolvem mais politicamente, à base de negociações e lutas, mas sim tecnicamente, de acordo com o princípio instrumental das necessidades subordinadas ao agir estratégico-instrumental”^{XVI}, isto é, um Estado que serve à técnica.

Uma vez que a técnica se torna uma fonte de legitimação do capitalismo e sustenta o próprio sistema (quanto mais se tem o seu domínio mais se produz), há a consolidação desse sistema econômico de maneira muito contundente. Porém, com o esgotamento de crescimento do próprio capitalismo com as chamadas crises cíclicas, o Estado se vê compelido a intervir na economia para salvar o capitalismo de um maior colapso (para manter um nível de produtividade alto). Essas ações estatais deixam de ser oriundas de discussões públicas e são ancoradas estritamente pela técnica econômica^{XVII}.

Como essa técnica se mostra legítima para a população de forma que ela vá contra até mesmo seus próprios anseios? É através do processo que Marcuse denomina de “cientificização da

O USO DE ARGUMENTOS ECONÔMICOS NAS JUSTIFICATIVAS DE LEGITIMAÇÃO DO
AUTORITARISMO: APONTAMENTOS SOBRE O GOLPE DE 64

CHOUCAIR. B. S.

técnica”. Tal processo passa credibilidade e confiança as massas, pois tem como base o desenvolvimento da ciência e da técnica para a prosperidade do sistema econômico, basta haver um bom dirigente administrativo para tal. A partir de então, os cargos políticos giram em torno dessa narrativa.

Tal processo político-ideológico produz um afastamento da sociedade civil das discussões que deveriam ser políticas, ocorre um vácuo de não exercício linguístico – no sentido de ação comunicativa -, de modo que “a consciência tecnocrática faz desaparecer este interesse prático por detrás do interesse pela ampliação do nosso poder de disposição técnica”^{XVIII}. Diante disso, o discurso com justificativas estratégicas que utilizam a técnica econômica como argumento se mostra, portanto, um interessante aliado para as pautas políticas e para o convencimento da população. Apesar da grande massa não compreender os termos específicos da economia (por isso essa ausência de ação comunicativa), só de se colocar como uma ação técnica já se tem uma força persuasiva grande de legitimidade, o que na realidade é bastante controverso.

Uma vez que exploramos esse campo da linguagem, há também possível desdobramento desses discursos estratégicos. Será que há uma espécie de cinismo discursivo? Como vimos os atos de fala enunciam uma proposição e esta tem como pressuposto determinada pretensão de verdade. Mas, e quando esses atos de falas servem para mascarar um real interesse que na verdade é o contrário do que se enuncia? É nesse sentido que temos as distorções discursivas e a incidência de um discurso cínico.

Para Vladimir Safatle^{XIX}, a racionalidade cínica não é um modo de distorção em relação a princípios morais e sim uma maneira hegemônica de compreender racionalidade como normatividade, ou seja, racionalidade como processo de constituição de valores e critérios normativos de julgamento intersubjetivamente partilhados. Dessa forma, cinismo é o nome da decomposição de valores e critérios normativos que pareçam ser o saldo mais valioso de nossas expectativas modernas de racionalização social, por isso ele traz necessariamente consigo a falência da crítica.

Geralmente, para o autor, vemos o cinismo como um problema individual de ordem moral vinculado à distorção de procedimentos de justificação da ação, ou seja, aquela que distorceria procedimentos de justificação ao tentar conformá-los a interesses que não podem ser revelados, mas Safatle nos diz que o cinismo vai além dessa concepção, é um modo estrutural que aparece geralmente em sociedade em processo de crise de legitimação.

Discursos do golpe de 1964: o uso de argumentos econômicos

O estudo empírico deste artigo versa sobre os discursos circulados para a destituição do governo de João Goulart no ano de 1964 pelas forças civis-empresariais-militares. O objetivo é identificar se houve a utilização de argumentos econômicos como forma de legitimar a instauração do novo regime. Utilizar-se-á três artigos dos grandes jornais de circulação, quais sejam: *Folha de São Paulo*, *Zero Hora* e *O Globo*.

No dia 31 de março de 1964, dia da movimentação que culminara no golpe no dia seguinte, a *Folha de São Paulo* lançou um Caderno Especial com o seguinte título “64 – Brasil Continua”. Segundo Costa e Santos, este caderno é “um imbricamento de reportagens, editoriais e propaganda de empresas. Por exemplo, já na segunda página, ainda antes do editorial do jornal presente na página três, contém uma mensagem das Indústrias Romi S.A comemorando seus 20 anos de

O USO DE ARGUMENTOS ECONÔMICOS NAS JUSTIFICATIVAS DE LEGITIMAÇÃO DO
AUTORITARISMO: APONTAMENTOS SOBRE O GOLPE DE 64

CHOUCAIR. B. S.

exportação”^{XX}, ou seja, buscava-se uma associação entre empresas e um futuro de progresso econômico a vir.

Neste caderno, segundo a análise de Costa e Santos é possível identificar várias empresas passando mensagens de crescimento, confiança e prosperidade econômica, como por exemplo:

“Acreditamos no progresso do Brasil”, da Aços Villares (p. 5), “Brasileiro: 64 é o Brasil e depende de você”, do Grupo Votorantim (p.7), “Chama da paz e da esperança (...) para todos os milhões de lares desse fabuloso país”, da Ultragas (p.15), “Há 45 anos a Ford dá ao Brasil veículos do progresso, com eles o Brasil cresceu mais depressa”, da Ford (p.29).^{XXI}

Ainda nesse sentido de progresso, há um trecho bastante significativo neste caderno, conforme podemos observar a seguir:

Esta é a mensagem que 64-BRASIL CONTINUA, organizado pela equipe da FOLHA DE S. PAULO em íntimo contato com as mais ativas forças da produção nacional, procura levar a todos os seus leitores, a todos os brasileiros. Mensagem de fé que **antagoniza os que vivem a proclamar a incurabilidade de nossos males de nação em pleno processo de desenvolvimento, e com reservas de energia capazes de superar os maiores obstáculos.** Mensagem de fé nascida do vigor dos depoimentos de números grupos, que, nas mais diversas atividades, têm contribuído com máximo idealismo **para a construção do progresso do Brasil – realidade indiscutível**”^{XXII}.

No trecho anunciado, há de se fazer as seguintes considerações. Ao colocar que a equipe da Folha de São Paulo tem “íntimo contato com as mais ativas forças da produção nacional” transmite a interpretação de segurança e confiança dessas forças de produção, isto é, as empresas como um bem do progresso econômico estão do lado desta mensagem de fé pró golpe. Ainda neste trecho, o autor coloca dois lugares antagônicos: os males da nação e aqueles capazes de superar os obstáculos. Os segundos vão ser aqueles que levarão o progresso e desenvolvimento econômico do país, fazendo evidente alusão aos militares.

Na sequência temos o seguinte trecho que corrobora o discurso de neutralidade e imparcialidade da ciência:

Baseia-se 64-BRASIL CONTINUA em meticuloso trabalho de levantamento estatístico e econômico, assim como no depoimento de indiscutíveis líderes dos vários campos que esta construtiva reportagem abrange. E porque assim se fundamenta em números e observações insuspeitas, ao lado das manifestações daqueles que, responsáveis pelo desenvolvimento dos setores apresentados à consideração do público, não têm dúvida em olhar com plena confiança o futuro, a mensagem que deixamos, entre alegres e orgulhosos, ante os olhos dos leitores, é um grito de confiança, um AVANTE sem restrições. Nem tudo são rosas, apenas rosas, em todos os campos. Há problemas, e graves. Mas o que existe de mais importante é que nenhum deles surge como insolúvel. O caminho até aqui percorrido, pelos desbravadores em alguns casos, por seus herdeiros e continuadores em outros, ensinou a todos a grande lição da experiência técnica e administrativa. Com essa lição vem a capacidade de equacionar os problemas em termos cada vez mais científicos, na busca de crescente produtividade e com interesse cada vez mais social ^{XXIII}.

O autor usa da expressão “meticuloso trabalho estatístico e econômico” para usar a força do argumento técnico e diz que tudo ali apresentado se “fundamenta em números e observações insuspeitas”, ora, números não apresentam lados políticos, e nem dizem por si só uma verdade certa, exata e única. Na continuidade da passagem, o autor diz de uma “grande lição da

O USO DE ARGUMENTOS ECONÔMICOS NAS JUSTIFICATIVAS DE LEGITIMAÇÃO DO
AUTORITARISMO: APONTAMENTOS SOBRE O GOLPE DE 64

CHOUCAIR. B. S.

experiência técnica e administrativa”, lição esta que tem a “capacidade de equacionar os problemas em termos cada vez mais científicos, na busca de crescente produtividade e com interesse cada vez mais social”, ou seja, é o uso da ciência para legitimar o novo estado e colocar o progresso do Brasil, intenção única e exclusiva dos militares e todos do Jornal – o progresso do país.

Na interessante análise de Costa e Silva sobre o caderno, temos a seguinte constatação:

no mesmo fragmento pode-se identificar o uso da categoria metáfora em “nem tudo são rosas” para dizer que em qualquer contexto, mesmo em um momento de crescimento e desenvolvimento do país em que o jornal intitulava estar (ou, seguindo a mesma metáfora, em um jardim florido), considera-se **a existência de problemas graves**. Novamente, o texto apresenta pistas de universalização em “cada vez mais social” após referir-se à crescente produtividade, assumindo **e tornando o interesse da indústria como se fosse um interesse social**. Sobre esse aspecto, Fairclough (2011) ainda corrobora que os jornais tendem a oferecer versões da verdade às vezes opostas, em que a perspectiva pode ser universalizada. Desse modo, há a sustentação do trabalho ideológico da mídia, que posiciona e molda os sujeitos sociais, contribuindo principalmente para o controle e a reprodução social. No fragmento abaixo é possível identificar dois advérbios avaliativos, “sadiamente” e “aceleradamente”, ambos colocados de forma positiva. O primeiro é utilizado em relação aos investimentos e o segundo, ao saber do homem. Ainda, ao utilizar o verbo “surgirá” sem nenhum modalizador revela um forte comprometimento do autor com as ideias expostas em seu discurso. Além disso, é possível identificar **o entusiasmo com que o autor retrata o futuro do país**, com a metáfora de “mais senhor de si mesmo”, como se a partir desses investimentos o Brasil se tornasse mais independente. Ademais, é utilizada a estratégia de construção ideológica de normalização, conforme foi apresentado por Thompson (2011), no qual **concentra-se a atenção do leitor para o tema de crescimento e desenvolvimento econômico, apagando o golpe civil-militar**^{XXIV}.

Por fim, o Caderno Especial da Folha de São Paulo encerra enfatizando a esperança do futuro crescimento econômico:

[...] **o Brasil de 1964 será maior que o de 63 e de todos os outros períodos de sua história**. Que os investimentos aqui sadiamente feitos se reproduzirão em obras colossais de que logo nos orgulharemos. Que desses investimentos, tanto os feitos em máquinas e equipamentos, quanto os que disserem respeito ao próprio homem que tão aceleradamente vai conseguindo **o domínio da ciência e da técnica em nosso país, surgirá um Brasil maior**, mais senhor de si mesmo, mais robusto em sua democracia, mais presente no mundo como nação condutora, **mais feliz pela felicidade maior de seu povo e pela mais ampla e completa realização de seus cidadãos**^{XXV}.

O autor associa o futuro ao emprego da técnica e ciência como progresso, associa isto a felicidade dos cidadãos, ou seja, coloca um projeto que beneficia e muito o setor empresarial como se fosse uma aspiração social e o coloca num pedestal de desenvolvimento, um futuro, melhor que todo o passado anterior antes já visto. O Brasil de 1963 é o Brasil atrasado, o de 1964 com os militares será a evolução técnica-científica econômica que propiciará que o Brasil seja um país desenvolvido.

A partir de agora será feita uma breve análise do *Jornal Zero Hora*, que surge em 1964 no Rio Grande do Sul como uma força para referendar o golpe e ocupando o lugar do *Jornal Última Hora* que fora fechado pela censura dos militares vez que foi contra o golpe e apoiava o governo de João Goulart^{XXVI}.

O USO DE ARGUMENTOS ECONÔMICOS NAS JUSTIFICATIVAS DE LEGITIMAÇÃO DO
AUTORITARISMO: APONTAMENTOS SOBRE O GOLPE DE 64

CHOUCAIR, B. S.

O *Jornal Zero Hora* produziu um editorial a cada aniversário do golpe nos anos subsequentes a 1964, um deles traz a seguinte manchete: “Um país à beira do abismo” e aborda a crise econômica e social anterior a 1964: “a crise econômica, de crédito e inflacionária, a ineficiência do governo e o estado “caótico” do país sob o comando de Goulart”. Ao contrário da *Folha de São Paulo* que apresentava um certo otimismo com o desenvolvimento atual do país, mas apontava sérios problemas, aqui já temos uma deflagração por completa do estado econômico comandado por João Goulart. Segundo a análise de Borelli e Cargnelutti:

Essas marcas discursivas podem ser observadas em diversos editoriais analisados. Por exemplo, o Editorial 1, publicado em 1967, define como um dos princípios básicos da “Revolução” **a cura da economia nacional, “dessagrada pela inflação galopante e pela corrupção generalizada”**.^{XXVII}

Ainda segundo as autoras, os editoriais, a cada ano, faziam uma comparação colocando um caos o governo de João Goulart e pós golpe a modernização e o progresso econômico. Nesse sentido:

Por meio de seus discursos, **os editoriais de Zero Hora reforçam as proporções da crise econômica que atingia o Brasil e a ineficiência do governo de João Goulart para controlá-la ou superá-la**. No E6, de 1972, a insustentabilidade da situação do país durante o governo de Jango é corroborada através da seguinte formação discursiva: “nunca o Brasil esteve tão à beira do abismo, para usar a imagem consagrada”. Frente à situação de crise em que se encontrava o país, **os editoriais de Zero Hora constroem discursos que caracterizam o “Movimento Revolucionário de 1964” como uma necessidade e, mais que isso, inevitável**. Dessa forma, ZH demarca seu posicionamento editorial e mostra aquilo que deseja que os leitores saibam (MOUILLAUD, 2002). Nota-se também que, mesmo vários anos após o golpe civil-militar e com uma ditadura plenamente instaurada no país, os editoriais de ZH continuavam a relembrar o contexto de crise e atraso em que se encontrava o Brasil governado por Jango. A caracterização do período anterior ao golpe como de “desesperança”, “descrença” e “desânimo” somada à listagem de benefícios que a “Revolução” estaria alcançando funciona como uma forma de legitimação do golpe e de justificativa para a continuidade da ditadura civil-militar deflagrada por ele^{XXVIII}.

Assim, se por um lado temos representações oficiais durante a ditadura civil-empresarial-militar brasileira retratando uma época de “harmonia paz e progresso acelerado”, temos o antagonismo de um tempo passado em que tudo era ruim, sobretudo a economia, mas que pela glória da “Revolução” foi possível superar esse momento difícil e incerto da história brasileira.

Borelli e Cargnelutti^{XXIX} apontam um editorial no qual houve uma construção narrativa em que a partir de 1964 houve “transformações positivas e avanços econômicos” e que “diversas maneiras, os discursos de ZH procuram reforçar sentimentos de confiança, otimismo e nacionalismo”. Um dos exemplos do jornal Zero Hora é o seguinte trecho: “Com efeito, reacenderam-se as esperanças do povo brasileiro”, “despertou-se o seu espírito cívico”, “desapareceu o sentimento de inferioridade diante de outros povos” e “criou-se a consciência de que a nossa capacidade de trabalho e de suportar sacrifícios é bastante para arrancar o País em direção do desenvolvimento integral”. Ou seja, podemos associar claramente o discurso técnico de melhora econômica e, conseqüentemente, de bem estar social.

Partimos agora para a última análise empírica, qual seja, a do *Jornal O Globo*. No dia 31 de agosto de 2013 o jornal *O Globo* lançou um editorial no qual admite ter errado ao apoiar o Golpe Militar de 64. Na época, *O Globo* representava um posicionamento bastante conservador.

O USO DE ARGUMENTOS ECONÔMICOS NAS JUSTIFICATIVAS DE LEGITIMAÇÃO DO
AUTORITARISMO: APONTAMENTOS SOBRE O GOLPE DE 64

CHOUCAIR. B. S.

Algumas de suas notícias falavam de uma salvação do povo brasileiro pelos militares: “MAIS UMA VEZ, o povo brasileiro foi socorrido pela Providência Divina, que lhe permitiu superar a **grave crise**, sem maiores sofrimentos e luto [...]”^{XXX}, colocando uma esperança ao futuro “Agora o Congresso dará o remédio constitucional à situação existente, para que o País continue sua marcha em direção ao seu grande destino [...]”^{XXXI}. Segundo Pires há a vinculação de um cenário passional com a presença dos seguintes elementos:

A disposição do sujeito apaixonado: o jornal e seu leitor (identificados com “a nação brasileira”, fundidos em um só sujeito) experimentam a **incerteza**, a falta de esperança (O povo não confia no futuro do país sob o governo de João Goulart), a esperança (as Forças Armadas afastam João Goulart), a satisfação (superação da crise sem maiores sofrimentos e luto); · O sujeito desencadeador da paixão: Forças Armadas; · Os motivos que suscitam a paixão: falta de paz, tranquilidade e **progresso**^{XXXII}.

Destaco, sobretudo, bem como nos demais jornais, a utilização do termo “grave crise” e uma perspectiva positiva em relação ao futuro, no sentido de termos conseguido – coletivamente – superar esse problema com a vigência desse novo governo, colocando sempre o Brasil de forma engrandecida e em progresso econômico. Ou seja, podemos perceber aqui também a incidência dos argumentos econômicos como forma de legitimação da tomada de poder pelos militares.

Conclusão

Muitos foram os discursos circulados na mídia para legitimar a instauração do governo autoritário de 1964. Considerando a complexidade da historiografia é tarefa impossível afirmar qual foi o discurso mais relevante que conseguiu convencer as pessoas na época de que o golpe era algo positivo para o país. Como forma de legitimar o golpe, podemos perceber discursos que fazem uso da fé e da religião, discursos combatentes a corrupção, discursos contra o comunismo e podemos observar com lucidez um discurso em prol da economia. Este último foi o objeto de debate deste artigo.

Podemos perceber, através da análise feita de diversos trechos da imprensa na época, o desdobramento de duas perspectivas econômicas: a de progresso com o desenvolvimento a porvir, e por outro lado, a crise e a desestabilização do governo de João Goulart. Estes dois vieses, corroboraram para a associação positiva de que os militares seriam a salvação da economia do Brasil, deixando oculto o debate da destituição de um governo eleito democraticamente.

Os discursos técnicos se fazem muito presentes nos dias de hoje, sobretudo, como forma de mascarar um real interesse econômico de uma direita empresarial. Como vimos nesta breve exposição, este fenômeno não é exclusivo do tempo-espaço que vivemos, podemos observá-lo em nossa própria história recente. Dessa forma, a discussão do tema se torna ainda mais relevante e latente para a compreensão dos fenômenos políticos atuais de retomada do autoritarismo.

Então, se por um lado os discursos técnicos econômicos aparecem de forma imparcial e em prol do progresso do Brasil como forma de legitimar a instauração de governos autoritários, por outro lado, revela a sua real relação com os grupos empresariais e os seus interesses de um Estado que os beneficie, ou seja, há uma distorção sistemática do discurso, configurando um discurso cínico e que leva a caminhos diversos dos enunciados.

O USO DE ARGUMENTOS ECONÔMICOS NAS JUSTIFICATIVAS DE LEGITIMAÇÃO DO
AUTORITARISMO: APONTAMENTOS SOBRE O GOLPE DE 64

CHOUCAIR. B. S.

Uma vez que as crises econômicas se apresentam de forma cíclicas e constitutivas do capitalismo, elas serão sempre uma porta aberta para o autoritarismo que utiliza como um dos meios os discursos técnicos como forma de legitimação para sua instauração. Não há como falar, portanto, na junção entre democracia e capitalismo. Tal relação constitui um paradoxo que tende a ruir de tempos em tempos tendo em vista a insustentabilidade deste sistema econômico.

Compreender o sistema capitalista e seus aspectos econômicos é tarefa árdua e extremamente complexa que conjuga áreas como a economia, a ciência política e a as relações internacionais. Como aponta Safatle, alguns autores como Weber compreendem que o capitalismo contemporâneo se pauta em um “modelo de desenvolvimento paradoxal”^{XXXIII} e isso é o que geraria as crises de legitimidade. Estamos sempre diante da possibilidade de uma instauração de um governo autoritário pelo caráter circular das crises capitalistas e pelo discurso que vem acompanhado delas, um discurso tecnocrático que mascara os reais interesses de quem os profere e se apresenta como uma forma legítima de comando da política estatal.

Notas

^I Mestranda em Direito, na linha de pesquisa Teoria do Direito e da Justiça, pelo Programa de Pós Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas, CAPES Nota 6). Pesquisa de mestrado financiada pela CAPES. ORCID: orcid.org/0000-0002-4737-729X. Lattes: lattes.cnpq.br/8671253588990326. Email: choucair.barbara@gmail.com.

^{II} HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa I: Racionalidad de la acción y racionalización social**. Madri: Taurus, 1987.

^{III} SAFATLE, Vladimir. **Cinismo e Falência da Crítica**. São Paulo: Boitempo, 2008.

^{IV} A título de exemplo dessa questão na contemporaneidade, na campanha presidencial de Jair Bolsonaro em 2018 (na época pertencente ao partido PSL) – considerado um líder com ideais autoritários e da extrema direita – o então candidato utiliza discursos tecnocráticos como proposta para o gerenciamento da economia, atribuindo essa função a um especialista, que, no caso, é o atual ministro da economia do Brasil, Ministro Paulo Guedes.

^V Conforme relatório apresentado a Comissão da Verdade: “Empresas brasileiras e filiais de multinacionais instauradas no País participaram do golpe desde a sua preparação”. Vide em; BACOCINA, Denize. As empresas e a ditadura. Revista Istoé Dinheiro, 12 de dez de 2014. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/as-empresas-e-a-ditadura/>. Acesso em 12 de nov. de 2020.

^{VI} COSTA, Alessandra de Sá Mello da; SANTOS, Cynthia Adrielle da Silva. Imprensa, Discurso Ideológico e Golpe de Estado: uma Análise Crítica do Discurso. Curitiba: **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**. V.18, N.3, p.371-393, 2019, p. 373-374.

^{VII} Ibidem, p. 373.

^{VIII} HABERMAS, 1987, op cit., p. 351.

^{IX} Ibidem, p. 352.

^X Ibidem, p. 352.

^{XI} Ibidem, p. 353.

^{XII} Ibidem, p. 356.

^{XIII} Ibidem, p. 367-390.

^{XIV} HABERMAS, Jürgen. **Técnica e Ciência como “Ideologia”**. Trad. Artur Morão. Lisboa, Edições70, 2006, p. 48.

^{XV} Ibidem, p. 48.

^{XVI} LUBENOW, Jorge Adriano. A despolitização da esfera pública em Jürgen Habermas sob a perspectiva sócio-política. **Problemata: Revista Internacional de Filosofia**, ISSN-e 2236-8612, Vol. 3, Nº. 1, 2012, p. 74-75.

^{XVII} Ibidem, p. 78-79.

^{XVIII} Ibidem, p. 82-83.

^{XIX} SAFATLE, 2008, op. cit.

O USO DE ARGUMENTOS ECONÔMICOS NAS JUSTIFICATIVAS DE LEGITIMAÇÃO DO
AUTORITARISMO: APONTAMENTOS SOBRE O GOLPE DE 64

CHOUCAIR. B. S.

- ^{xx} COSTA, Alessandra de Sá Mello da; SANTOS, Cynthia Adrielle da Silva. Imprensa, Discurso Ideológico e Golpe de Estado: uma Análise Crítica do Discurso. Curitiba: **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**. V.18, N.3, 2019, p. 384.
- ^{xxi} Ibidem, p. 385.
- ^{xxii} FOLHA DE SÃO PAULO. Suplemento Especial “64 – Brasil Continua”. (1964). Acesso em 10 de agosto de 2020 em <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1964/03/31/48#>>, p.3. (grifo nosso).
- ^{xxiii} Ibidem, p. 3. (grifo nosso)
- ^{xxiv} COSTA e SANTOS, 2019, op. cit., p. 387.
- ^{xxv} FOLHA DE SÃO PAULO, 1964, op. cit., p.3.
- ^{xxvi} BORELLI, Viviane; CARGNELUTTI, Camila Merchesan. “É tempo de construir o Brasil Grande”: a legitimação da ditadura civil-militar nos editoriais do jornal Zero Hora – RS. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Vol. 11, Nº 1. Janeiro a Junho de 2014, p. 219.
- ^{xxvii} Ibidem, p. 222. (grifo nosso).
- ^{xxviii} Ibidem, p. 222-223. (grifo nosso).
- ^{xxix} Ibidem, p. 224.
- ^{xxx} O GLOBO. Rio de Janeiro, 02 abr. 1964, p. 1. Disponível em <<http://www.uesc.br/cursos/graduacao/licenciatura/letras/piris4.pdf>>.
- ^{xxxi} Ibidem.
- ^{xxxii} PIRIS, Eduardo Lopes. A dimensão subjetiva do discurso jornalístico: o ethos e o pathos nos editoriais do Correio da Manhã e d’O Globo sobre a deposição do presidente João Goulart. In: GARCIA, B.R.V.; CUNHA, C.L.; PIRIS, E.L.; FERRAZ, F.S.M.; GONÇALVES SEGUNDO, P.R. (Orgs.). **Análises do Discurso: o diálogo entre as várias tendências na USP**. São Paulo: Paulistana Editora, 2009, p. 9. Disponível em: <<http://www.epedusp.org>>.
- ^{xxxiii} SAFATLE, 2008, op. cit., p. 14.

Referências

- BACOCINA, Denize. As empresas e a ditadura. **Revista Istoé Dinheiro**, 12 de dez de 2014. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/as-empresas-e-a-ditadura/>. Acesso em 12 de nov. de 2020.
- BENOIT, Hector; ANTUNES, Jadir. **O Problema da Crise Capitalista em O Capital de Marx**. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.
- BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; TORELLY, Marcelo D. Cumplicidade Financeira na Ditadura Brasileira: Implicações Atuais. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, nº 6 (jul./dez. 2011). Brasília: Ministério da Justiça, 2012. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/tablas/r33080.pdf>. Acesso em 12 de nov. de 2020.
- BORELLI, Viviane; CARGNELUTTI, Camila Merchesan. “É tempo de construir o Brasil Grande”: a legitimação da ditadura civil-militar nos editoriais do jornal Zero Hora – RS. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Vol. 11, Nº 1. Janeiro a Junho de 2014.
- COSTA, Alessandra de Sá Mello da; SANTOS, Cynthia Adrielle da Silva. Imprensa, Discurso Ideológico e Golpe de Estado: uma Análise Crítica do Discurso. Curitiba: **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**. V.18, N.3, p.371-393, 2019.

O USO DE ARGUMENTOS ECONÔMICOS NAS JUSTIFICATIVAS DE LEGITIMAÇÃO DO
AUTORITARISMO: APONTAMENTOS SOBRE O GOLPE DE 64

CHOUCAIR, B. S.

FOLHA DE SÃO PAULO. Suplemento Especial “64 – Brasil Continua”. (1964). Acesso em 10 de agosto de 2020 em <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1964/03/31/48#>>.

FRANZONI, Sabrina; REGINATO, Gisele Dotto. “Apoio editorial ao Golpe de 64 foi um erro”: apagamento e rememoração no discurso do jornal O Globo. *Estudos em Jornalismo e Mídia*. Vol. 11 Nº 1 Janeiro a Junho de 2014.

HABERMAS, Jürgen. **Conhecimento e Interesse**. Trad. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014a.

HABERMAS, Jürgen. Constitutional Democracy: A paradoxical union of contradictory principles?. **Political Theory**: Vol. 29, No. 6 (Dec., 2001), p. 766-781.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. V. I e II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. Trad. Denilson Luís Werle. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014b.

HABERMAS, Jürgen. **Na esteira da tecnocracia**: pequenos escritos políticos XII. Trad. Luiz Repa. São Paulo, Editora da Unesp, 2014c.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e Ciência como “Ideologia”**. Trad. Artur Morão. Lisboa, Edições70, 2006.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria e Práxis**: estudos de filosofia social. Trad. Rúrion Melo. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa I**: Racionalidad de la acción y racionalización social. Madri: Taurus, 1987.

LUBENOW, Jorge Adriano. A despolitização da esfera pública em Jürgen Habermas sob a perspectiva sócio-política. **Problemata: Revista Internacional de Filosofia**, ISSN-e 2236-8612, Vol. 3, Nº. 1, 2012, págs. 54-95.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 02 abr. 1964. Disponível em <<http://www.uesc.br/cursos/graduacao/licenciatura/letras/piris4.pdf>>, p. 13.

PIRIS, Eduardo Lopes. A dimensão subjetiva do discurso jornalístico: o ethos e o pathos nos editoriais do Correio da Manhã e d’O Globo sobre a deposição do presidente João Goulart. In: GARCIA, B.R.V.; CUNHA, C.L.; PIRIS, E.L.; FERRAZ, F.S.M.; GONÇALVES SEGUNDO, P.R. (Orgs.). **Análises do Discurso**: o diálogo entre as várias tendências na USP. São Paulo: Paulistana Editora, 2009. ISBN 978-85-99829-38-7. Disponível em: <http://www.epedusp.org>.

SAFATLE, Vladimir. **Cinismo e Falência da Crítica**. São Paulo: Boitempo, 2008.

O USO DE ARGUMENTOS ECONÔMICOS NAS JUSTIFICATIVAS DE LEGITIMAÇÃO DO
AUTORITARISMO: APONTAMENTOS SOBRE O GOLPE DE 64

CHOUCAIR. B. S.

SCHWARCZ; Lilia.; STARLING, Heloísa. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia de Letras, 2015.